

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf **RODRIGO PEDROSO DA SILVA**

**A atuação do Comando Militar do Leste na Operação
Acolhida: fase de interiorização de imigrantes
Venezuelanos no Rio de Janeiro**



Rio de Janeiro
2020

Maj Inf **RODRIGO PEDROSO DA SILVA**

**A atuação do Comando Militar do Leste na Operação
Acolhida: fase de interiorização de imigrantes
venezuelanos no Rio de Janeiro**

Projeto de pesquisa apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para matrícula no Curso de Especialização em Ciências Militares, com ênfase em Defesa.

Orientador: TC ANTONIO MARCOS SANTOS **MORAES**

Rio de Janeiro
2020

S586a Silva, Rodrigo Pedroso da

A atuação do Comando Militar do Leste na Operação Acolhida: fase de interiorização de imigrantes Venezuelanos no Rio de Janeiro. / Rodrigo Pedroso da Silva. — 2020.

48 fl. : il ; 30 cm.

Orientação: Antônio Marcos Santos Moraes
Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) — Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: fl 39-40.

CDD 355-4

Maj Inf RODRIGO PEDROSO DA SILVA

**A atuação do Comando Militar do Leste na Operação
Acolhida: fase de interiorização de imigrantes
venezuelanos no Rio de Janeiro**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército,
como requisito parcial para a obtenção do título
de Especialista em Ciências Militares, com
ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____ de _____ de _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Antônio Marcos Santos Moraes- TC Inf - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Cláudio Adilson Brito de Carvalho – Cel Art - 1º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Carlos Eurico Alencastro Teixeira Brandão – Maj Cav - 2º Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À Deus por ter me dado saúde e humildade para executar esta tarefa e a minha amada esposa Silvana e meu filho Rhuan, pelo apoio e compreensão durante a execução deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, TC Inf Moraes, meus sinceros agradecimentos pela dedicação e paciência durante a elaboração deste trabalho. Agradeço pela orientação firme e objetiva, bem como pelas sugestões que facilitaram a conclusão deste trabalho.

A Deus e a todos meus amigos que me ajudaram nesta tarefa.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo apresentar a atuação do Comando Militar do Leste na Operação Acolhida durante a fase de interiorização de imigrantes Venezuelanos no Rio de Janeiro. Além disto, procurou evidenciar as tarefas desenvolvidas pela Força Tarefa de Ajuda Humanitária, desde a recepção de imigrantes na faixa de fronteira, a organização do Comando Militar do Leste para a recepção e entrega dos imigrantes nos abrigos e o modelo de interiorização da Operação Acolhida, utilizado pelo Comando Militar do Leste, nos anos de 2018 e 2019, no Rio de Janeiro, destacando sua eficiência. Por fim, o trabalho buscou levantar as lições aprendidas nesse tipo de operação inédita em território nacional.

Palavras-chave: Operação Acolhida, Interiorização, Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This work aimed to present the performance of the Military Command of the East in Operation Acolhida during the phase of interiorization of Venezuelan immigrants in Rio de Janeiro. In addition, it sought to highlight the tasks developed by the Força Tarefa Logística Humanitária, from the reception of immigrants in the border strip, the organization of the Eastern Military Command for the reception and delivery of immigrants to shelters and the interior model of Operation Acolhida, used by the Military Command of the East, in the years 2018 and 2019, in Rio de Janeiro, highlighting its efficiency. Finally, the work sought to raise the lessons learned in this type of unprecedented operation in the national territory.

Key-words: Operation Acolhida, Interiorization, Rio de Janeiro.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – MISÉRIA NA VENEZUELA.....	4
Figura 2 – LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL.....	19
Figura 3 – LEGISLAÇÃO NACIONAL A PARTIR DA CF 1988.....	30
Figura 4 – POSTO TRIAGEM PACARAIMA (POP).....	18
Figura 5 – ORGANIZAÇÃO DO COMANDO MILITAR DO LESTE.....	21
Figura 6 – PLANO DE INTERIORIZAÇÃO.....	24
Figura 7 – MODELO DE RELAÇÃO DE MIGRANTES.....	25
Figura 8 – CONSUMO DA REFEIÇÃO NA CIDADE HUB.....	29
Figura 9 – INTERIORIZAÇÕES NO BRASIL NOS ANOS DE 2018 E 2019	31
Figura 10 – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO.....	32
Figura 11 – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO.....	34
Figura 12 – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO.....	35
Figura 13 – PERFIL DO VENEZUELANO INTERIORIZADO NO BRASIL.....	37

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
1.1	PROBLEMA.....	6
1.2	OBJETIVOS.....	6
1.2.	Objetivo Geral	6
1.2.	Objetivos Específicos	6
1.3	HIPÓTESE.....	7
1.4	VARIÁVEIS.....	7
1.5	DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	8
1.6	RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	8
2	REFERENCIAL TEÓRICO	8
2.1	A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS DESLOCADOS.....	8
3	METODOLOGIA	14
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	14
3.2	UNIVERSO E AMOSTRA.....	14
3.3	COLETA DE DADOS.....	14
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS.....	14
3.5	LIMITAÇÕES DO MÉTODO.....	14
4	A ATUAÇÃO DA FT LOG HUM E SEUS PILARES FUNDAMENTAIS	15
5	A FASE DE INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 2018 E 2019	19
6	AS PRINCIPAIS AGÊNCIAS E COLABORADORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO E SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES.	27
7	CONCLUSÃO	30
	REFERÊNCIAS	40

1.INTRODUÇÃO

O presente trabalho abordará a atuação do Comando Militar do Leste na fase de interiorização da Operação Acolhida no Rio de Janeiro, durante os anos de 2018 e 2019.

A República Bolivariana da Venezuela é um país situado na porção norte da América do Sul, banhada a norte pelo Mar do caribe e delimitada por suas fronteiras a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil e ao leste com a Guiana. Em 1998, o país elegeu com 56% dos votos o Presidente Hugo Chávez, pondo fim a décadas de governo dos chamados partidos tradicionais.

Hugo Chávez governou de 1998 a 2013, implantando diversas reformas políticas, econômicas e sociais. Dentre essas, no que tange ao campo econômico, Chávez estatizou a Petrolífera Venezuelana PDVZA, tornando o país que possui a maior reserva petrolífera do mundo, completamente dependente dessa commodities, que corresponde a aproximadamente 90% de sua economia. A Baixa diversificação produtiva e a dependência de insumos importados trariam a Venezuela problemas gravíssimos de abastecimento de itens básicos, uma crise humanitária sem precedentes na história do país, com reflexos econômicos, sociais e políticos em quase toda a América do Sul.

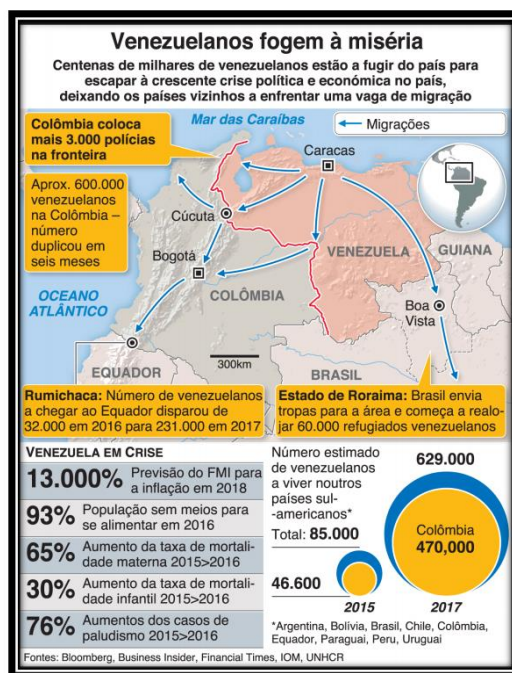
As medidas implementadas por Hugo Chávez, no início de seu governo, permitiram um rápido crescimento da economia venezuelana, Chávez investiu muito em programas sociais e melhorou a qualidade de vida no país. Já no plano político, há uma forte oposição ideológica entre Venezuela e os Estados Unidos, com duras críticas de Chávez à política de intervenção externa americana.

Apesar das desavenças políticas, os EUA era o maior importador do petróleo venezuelano. A Venezuela começou a se desestabilizar quando o EUA diminuiu a sua compra e o preço do petróleo caiu drasticamente numa crise em 2014. Agravando a situação, Chávez faleceu em 2013, repassando o governo para o atual Presidente Nicolas Maduro, menos popular e sem o apoio do Congresso.

A crise atual reflete o esgotamento do modelo chavista em conjunto com a crise que se abateu sobre os preços do petróleo a partir de 2014. Com a queda nos preços, o sistema social montado por Hugo Chávez deixou de funcionar, gerando uma crise política que Maduro não conseguiu gerenciar (PEREIRA DANIEL, 2019)

Desde 2014, a crise tem se intensificado e o país passou a enfrentar um quadro de alta inflação, falta de abastecimento de itens essenciais, emigração em massa (Figura 1) e a oposição, liderada por Juan Guaidó, autoproclamado presidente interino em 2019, que trava batalhas violentas com apoiadores de Maduro.

Figura 1 – MISÉRIA NA VENEZUELA



Fonte: Site GraphicNews Acesso em 21/03/2020

No cenário internacional, a Venezuela também tem sofrido penalidades de outros países devido às ações autoritárias do governo de Maduro, que ameaçam a democracia do país, culminando em 2017, com sua suspensão do Mercosul (Mercado Comum do Sul).

Desde o início da crise, o número de pessoas que migraram para outros países vizinhos é crescente, a maioria se destina aos países de língua espanhola. Parte dessas pessoas também veio para o Brasil, principalmente para o estado de Roraima.

O maior impacto para o Brasil é no sentido humanitário: fluxo de imigrantes e refugiados por intermédio da nossa fronteira no estado de Roraima que tem pouca população e não está dimensionado para administrar um grande número de pessoas que chega repentinamente. (PEREIRA DANIEL, 2019)

A crise humanitária na Venezuela encontra-se em plena evolução, e são diversas as possibilidades de desdobramento.

O atual ambiente de incertezas políticas e instabilidades sociais internas existentes na Venezuela tem provocado a emigração de milhares de pessoas para o Brasil e diversos países sul-americanos.

Uma das causas geradora dos fluxos migratórios na Venezuela foi a crise política gerada pela reeleição de um governo de crescente impopularidade, ocasionando tanto instabilidades internas como o afastamento da Venezuela de seus vizinhos sul-americanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), do Mercosul, bem como a aproximação com a China e a Rússia - causando também preocupação nos Estados Unidos da América (EUA)- que assistem aos seus dois principais adversários militares e econômicos, ampliando sua presença no continente Sul americano.

No pós Guerra Fria, emergiu na Venezuela a figura de Hugo Chaves, eleito Presidente no final da década de 1990. Seu sucessor, Nicolas Maduro, herdou uma crise econômica que derivou para uma crise política e humanitária, resultando na maior diáspora da história venezuelana. (CERÁVOLO, 2019, p.15).

Na expressão econômica, a causa altamente negativa é a acelerada inflação e diminuição do poder aquisitivo da população. O êxodo resultante de venezuelanos que fogem da fome e da miséria, indica um cenário que vai perdurar.

Na expressão psicossocial, evidenciam-se como fatores geradores da crise, a escalada da violência e a falta de medicamentos básicos que dificultam o acesso a serviços básicos de saúde e tratamento de doenças crônicas como pressão alta e diabetes, desencadeando dinâmicas de transbordamento, tornando, por exemplo, as regiões fronteiriças com o Brasil e a Colômbia espaços de grande sensibilidade e vulnerabilidade social.

Nesse contexto, o Governo Brasileiro tomou algumas medidas para gerenciar os impactos que a crise humanitária venezuelana poderia causar, onde podemos destacar a criação da Força-Tarefa Logística Humanitária.

A Força-Tarefa Logística Humanitária foi criada no dia 15 de fevereiro de 2018 a partir da MP nº 820 e dos Decretos nº 9.285 e nº 9.286 onde foi estabelecido o Comitê Federal de Assistência Emergencial a pessoas em situação de vulnerabilidade em decorrência de crises humanitárias.

A Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima é uma operação conjunta, interagências e de natureza humanitária, que visa oferecer condições dignas aos imigrantes provenientes da Venezuela, que se encontram em situação de vulnerabilidade. (DIAS, 2018).

Nesse contexto, após a FT Log Hum realizar a identificação, triagem e acolhimento dos imigrantes venezuelanos na fronteira Brasil-Venezuela, fases que serão abordadas com maior riqueza de detalhes no presente trabalho, ocorre a interiorização dos venezuelanos dos diversos estados do Brasil, aliviando a pressão no estado de Roraima.

O Rio de Janeiro é um dos estados da Federação que recebe imigrantes venezuelanos no processo de Interiorização. Nesse estado, tal missão é executada pelo Comando Militar do Leste em parceria com os Organismos Internacionais, Organizações Não Governamentais e representantes do governo estadual.

1.1 PROBLEMA

A fim de verificar a atuação do Comando Militar do Leste na fase de interiorização da Operação Acolhida foi formulado o seguinte problema: o modelo de interiorização da Op Acolhida, utilizado pelo Comando Militar do Leste, nos anos de 2018 e 2019, no Rio de Janeiro foi eficiente?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 **Objetivo geral**

Verificar se o modelo de interiorização da Operação Acolhida, utilizado pelo Comando Militar do Leste, nos anos de 2018 e 2019, no Rio de Janeiro foi eficiente.

1.2.2 **Objetivos específicos**

- a) caracterizar a Crise na Venezuela e seus desdobramentos para o Brasil;
- b) apresentar a atuação da FT Log Hum, e seus pilares fundamentais: Ordenamento da faixa de fronteira, Abrigamento e Interiorização;

- c) caracterizar a fase de interiorização de Imigrantes venezuelanos no Rio de Janeiro nos anos de 2018 e 2019, destacando o papel do CML nessa fase;
- d) apresentar como o Comando Militar do Leste está organizado para atender as demandas de interiorização provenientes da FT Log Hum;
- e) apresentar as Técnicas, Táticas e Procedimentos estabelecidos no âmbito do CML para a interiorização dos imigrantes que chegam ao Rio de Janeiro;
- f) apresentar as principais agências e colaboradores envolvidos no processo de interiorização no Rio de Janeiro e suas principais atribuições.
- g) apresentar as principais lições aprendidas na execução da fase de interiorização da Operação Acolhida nos anos de 2018 e 2019.

1.3 HIPÓTESE

Segundo o manual MD 35-G-01, Glossário das Forças Armadas, eficiência é a capacidade de produzir o efeito desejado com economia (emprego racional) de meios. O manual ressalta ainda que a eficiência é materializada pelo grau de perfeição obtido na produção de um resultado, avaliado depois de executada a ação. (BRASIL, 2007)

Do exposto, elenca-se como hipótese que o CML, após a execução de inúmeras interiorizações da Operação Acolhida no Rio de Janeiro, ao longo dos anos de 2018 e 2019, foi capaz de produzir o efeito desejado com emprego racional dos meios, produzindo um resultado satisfatório para o Exército Brasileiro.

1.4 VARIÁVEIS

As variáveis do presente estudo têm por finalidade verificar de que forma o CML coordenou a fase de interiorização no Rio de Janeiro nos anos de 2018 e 2019.

As variáveis independentes serão as diretrizes estipuladas nos diversos escalões para a consecução da fase de interiorização. E como variável dependente será utilizado o cumprimento dessas diretrizes e ordens por parte da tropa executante.

Dessa forma, será possível verificar o grau de eficiência no cumprimento dessa fase da Operação Acolhida.

1.5 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo estará limitado às inúmeras interiorizações de imigrantes Venezuelanos realizadas pelo Comando Militar do Leste no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2018 e 2019. Dessa forma, o estudo abordará no contexto

da Operação Acolhida, a atuação da FT Log Hum desde sua primeira fase, dando enfoque nas Técnicas, Táticas e Procedimentos adotadas para a interiorização no estado do Rio de Janeiro.

1.6 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância do assunto para o Brasil foi demonstrada pelos esforços do governo brasileiro, a partir do ano de 2018, para minimizar os efeitos que a crise venezuelana acarretaria nos seus países vizinhos. A criação de uma Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, operação conjunta, interagências e de natureza humanitária, foi a maneira encontrada para oferecer condições dignas aos imigrantes provenientes da Venezuela, que se encontram em situação de vulnerabilidade. Assim sendo, estudar as etapas dessa operação é de extrema relevância para o aprendizado das Forças Armadas, sobretudo no que diz respeito a última etapa, a interiorização, gerando inúmeras lições aprendidas que contribuirão para o desenvolvimento doutrinário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO DE PROTEÇÃO AOS DESLOCADOS

A Liga das Nações foi o primeiro Organismo Internacional a tratar do tema Refugiados em 1921, ao verificar que a 1ª Guerra Mundial gerou intenso deslocamento de pessoas de seu território de origem. (ACNUR, 2020)

Com o advento da 2ª Guerra Mundial, os deslocamentos populacionais aumentaram exponencialmente, haja vista as barbáries e destruição que a guerra estava causando. Nesse cenário, surge a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA), uma agência internacional de ajuda, amplamente dominada pelos Estados Unidos, integrada por outras 44 nações. (CERÁVOLO, 2019, p.30)

Fundada em 1943, tornou-se parte da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e encerrou suas operações em 1947. Seu objetivo era "planejar, coordenar, administrar ou providenciar a administração de medidas para o alívio de vítimas de guerra em qualquer área sob o controle das Nações Unidas, através do fornecimento de alimentos, combustível, roupas, abrigo e outras necessidades básicas, serviços médicos e outros serviços essenciais.

Em 1946, a Assembleia Geral da ONU estabelece princípios, acerca do tema, em sua resolução nº 8, de 12 de fevereiro de 1946. Esses princípios acabam por delinear o conceito de refugiado.

Em 1947, é criada pela ONU a Organização Internacional de Refugiados, em substituição a Administração de Assistência e Reabilitação das Nações Unidas (UNRRA), com a finalidade de regular a temática a nível mundial.

No ano seguinte a ONU adota a Declaração Universal dos Direitos Humanos como documento delineador dos direitos humanos básicos. Essa declaração garantia às pessoas perseguidas em seus Estados, o direito de asilo como direito à pessoa humana. Fruto disso, as Nações Unidas começam a construir normas internacionais versando sobre o assunto. (CERÁVOLO, 2019, p.31)

Em 1950, a Assembleia das Nações Unidas resolve criar o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) com a missão de dar apoio e suporte a refugiados no mundo inteiro. (ACNUR, 2020)

O fundamento legal que está nos pilares do trabalho do ACNUR permitiu que a agência ajudasse milhões de pessoas deslocadas a recomeçar suas vidas. Em 1951, o ACNUR estabelece a pedra angular no que tange a temática refugiados, lançando a Convenção da Nações Unidas para Refugiados.

A Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados foi formalmente adotada em 28 de julho de 1951, para resolver a situação dos refugiados na Europa após a Segunda Guerra Mundial. Esse tratado global define quem vem a ser um refugiado e esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem.

A Convenção consolida prévios instrumentos legais internacionais relativos aos refugiados e fornece a mais abrangente codificação dos direitos dos refugiados a nível internacional. Ela estabelece padrões básicos para o tratamento de refugiados sem, no entanto, impor limites para que os Estados possam desenvolver esse tratamento. (ACNUR, 2020)

Ao passo que antigos instrumentos legais internacionais somente eram aplicados a certos grupos, a definição do termo “refugiado” no Artigo 1º foi elaborada de forma a abranger muitas pessoas. No entanto, a Convenção só abrange eventos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951.

Com o tempo e a emergência de novas situações geradoras de conflitos e perseguições, tornou-se crescente a necessidade de providências que colocassem os

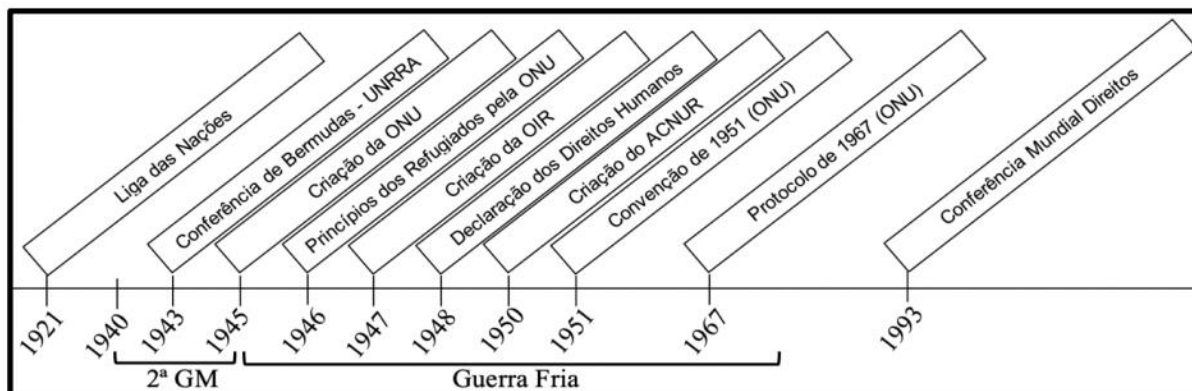
novos fluxos de refugiados sob a proteção das provisões da Convenção. Assim, um Protocolo relativo ao Estatuto dos Refugiados foi preparado e submetido à Assembleia Geral das Nações Unidas em 1966. Na Resolução 2198 (XXI) de 16 de dezembro de 1966, a Assembleia tomou nota do Protocolo e solicitou ao Secretário geral que submetesse o texto aos Estados para que o ratificassem. O Protocolo foi assinado pelo Presidente da Assembleia Geral e pelo Secretário geral no dia 31 de janeiro de 1967 e transmitido aos governos. Entrou em vigor em 4 de outubro de 1967.

Com a ratificação do Protocolo, os países foram levados a aplicar as provisões da Convenção de 1951 para todos os refugiados enquadrados na definição da carta, mas sem limite de datas e de espaço geográfico. Embora relacionado com a Convenção, o Protocolo é um instrumento independente cuja ratificação não é restrita aos Estados signatários da Convenção de 1951.

De acordo com o seu Estatuto, é de competência do ACNUR promover instrumentos internacionais para a proteção dos refugiados e supervisionar sua aplicação. Ao ratificar a Convenção e/ou o Protocolo, os Estados signatários aceitam cooperar com o ACNUR no desenvolvimento de suas funções e, em particular, a facilitar a função específica de supervisionar a aplicação das provisões desses instrumentos. (ACNUR, 2020)

A Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967, por fim, são os meios através dos quais é assegurado que qualquer pessoa, em caso de necessidade, possa exercer o direito de procurar e receber refúgio em outro país.

Desde a criação da Liga das Nações em 1921, até a Conferência Mundial de 1993 (Figura 2), o tema refugiados sofreu uma grande evolução devido às crises e conflitos armados que ocorreram em toda a parte do globo, corroborando no âmbito do concerto das nações para que o tema ganhasse relevância e que as medidas estabelecidas pela ONU fossem adotadas por seus países membros.

FIGURA 2 - LEGISLAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL

FONTE: (CERÁVOLO, 2019, p.33)

Em 1988 foi promulgada a nova Constituição da República, também conhecida como Constituição Cidadã, que estabeleceu como preceitos orientadores a prevalência dos direitos humanos. Assim, ela trouxe avanços significativos para a proteção de asilados e refugiados, o que pode ser verificado logo no Título I – Dos Princípios Fundamentais, especificamente no Artigo 4º inciso X - “concessão de asilo político” e Artigo 5º, parágrafo 2º - “Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte” (BRASIL, 1988)

O Decreto 98.602, de 19 de dezembro de 1989, promulgou a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951, possibilitando a incorporação da legislação internacional existente à brasileira. (BRASIL, 1989).

O decreto 98.602, possibilitou ao Brasil incorporar a definição mais ampla de refugiado, segundo a Declaração de Cartagena. Contudo, o Brasil incluiu no texto a necessidade de comprovar o motivo ou causa geradora da coerção, coação ou obrigação em fugir do país de origem. Somente dessa forma seria autorizada a concessão de refúgio, impondo uma imensa barreira aos solicitantes.

No início da década de 1990, o Ministério da Justiça expediu a Portaria Interministerial nº 394, publicada no dia 29 de julho de 1991, que estabelece a dinâmica procedimental para nortear o processo de solicitação e concessão de refúgio no Brasil. Nesse novo modelo o ACNUR foi inserido no processo, tendo como atribuição precípua realizar entrevista com o solicitante de refúgio e

elaborar uma apreciação recomendando ou não a concessão do refúgio. No entanto, como o julgamento do ACNUR era subjetivo, a decisão final foi mantida com o governo brasileiro (CERÁVOLO, 2019, p.41).

Em 13 de maio de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso criou o Programa Nacional de Direitos Humanos, o que trouxe mudanças significativas no cenário nacional, no que tange ao termo refugiados, sendo ponto de partida para um ano mais tarde o governo promulgar a Lei nº 9.474, em 22 de julho de 1997.

A Lei definiu os mecanismos para a implementação do Estatuto dos refugiados e outras providências.

Dentre as medidas adotadas, cabe destacar a criação do Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), órgão de deliberação coletiva no âmbito do Ministério da Justiça.

O artigo 12, do Capítulo 1 da referida lei, estabelece como competência do CONARE:

Art. 12. Compete ao CONARE, em consonância com a Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951, com o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967 e com as demais fontes de direito internacional dos refugiados:

I - Analisar o pedido e declarar o reconhecimento, em primeira instância, da condição de refugiado;

II - Decidir a cessação, em primeira instância, *ex officio* ou mediante requerimento das autoridades competentes, da condição de refugiado;

III - determinar a perda, em primeira instância, da condição de refugiado;

IV - Orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados;

V - Aprovar instruções normativas esclarecedoras à execução desta Lei.

Art. 13. O regimento interno do CONARE será aprovado pelo Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. O regimento interno determinará a periodicidade das reuniões do CONARE. (BRASIL, 1997)

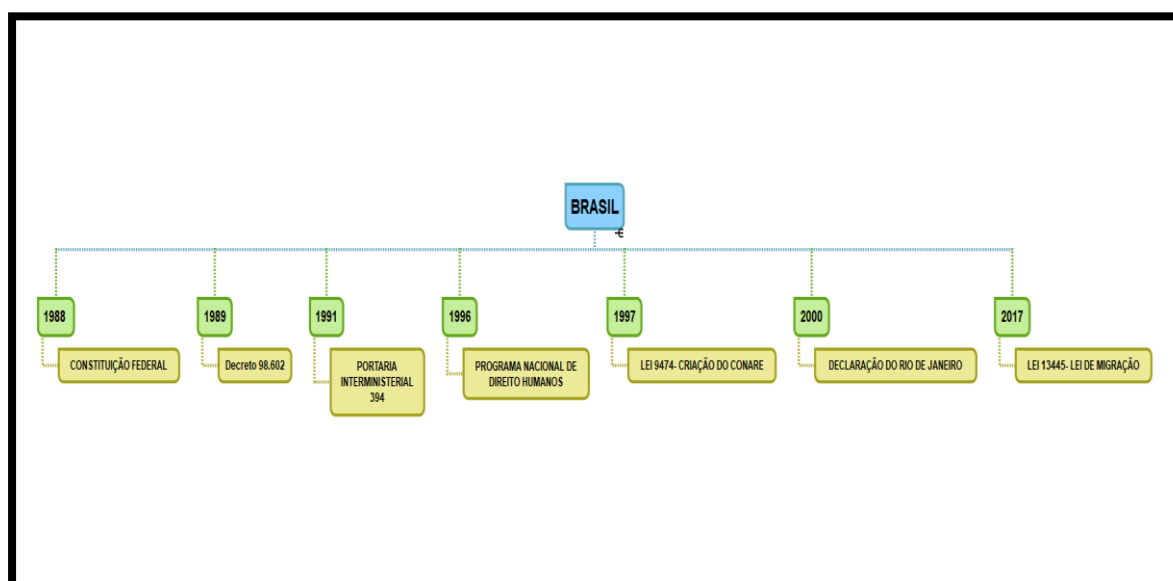
No tocante ao CONARE, a singularidade é ser misto (público-privado) e tripartite (governo, sociedade civil e Nações Unidas). Participam desse órgão, além do governo, a ONU, por meio do ACNUR, e a sociedade civil, por meio da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro e de São Paulo (JUBILUT, 2007).

Em 24 de maio de 2017 é promulgada a lei nº 13.445, nela o imigrante é definido como pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil. Segue no artigo 4 da mesma lei, que ao migrante é garantida no território nacional, em condição de

igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; o direito à liberdade de circulação em território nacional; o direito à reunião familiar do migrante com seu cônjuge ou companheiro e seus filhos, familiares e dependentes e medidas de proteção a vítimas e testemunhas de crimes e de violações de direitos.(SANTA BÁRBARA,2018, p.7)

Observando o desenvolvimento da legislação nacional sobre o tema (Figura 3), pode-se concluir que houve alinhamento com a legislação internacional e regional, sobretudo a partir da Constituição de 1988 e pelas Leis 9.474 e 13.445 que regulamentaram o tema em âmbito nacional, possibilitando a garantia de direitos humanos, conferindo aos refugiados direitos sociais, bem como criando um órgão institucional responsável por avaliar as solicitações de refúgio no país.

FIGURA 3 – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO NACIONAL A PARTIR DA CF 1988



Fonte: O autor.

3.METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo será realizado, principalmente, por meio de uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, pois baseará sua fundamentação teórico-metodológica na investigação sobre os assuntos relacionados à Operação Acolhida em documentos, livros, manuais e artigos de acesso livre ao público em geral, incluindo-se nesses aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores.

3.2 UNIVERSO E AMOSTRA

O universo e amostra a ser utilizada contempla as diversas levas de interiorização recebidas no estado do Rio de Janeiro em 2018 e 2019, bem como os militares que participaram dessas operações.

3.3 COLETA DE DADOS

Será realizado um estudo bibliográfico com fontes baseadas em manuais, revistas, artigos e coleta de dados junto à Força Tarefa Logística Humanitária (FT Log Hum), Centro de Coordenação de Operações do Comando Militar do Leste (CCOP CML), e na internet.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O método de tratamento de dados que será utilizado no presente estudo será a análise de conteúdo, no qual serão realizados estudos de textos para se obter a fundamentação teórico para se confirmar ou não a hipótese apresentada.

3.5 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

A metodologia em questão possui limitações, particularmente, quanto à profundidade do estudo a ser realizado, pois não contempla, dentre outros aspectos, o estudo de campo e a entrevista com pessoas diretamente ligadas aos processos em estudo. Porém, devido ao fato de se tratar de um trabalho de término de curso, a ser realizado em aproximadamente oito meses, o método escolhido é adequado e possibilitará o alcance dos objetivos propostos no presente Projeto de Pesquisa.

4. A ATUAÇÃO DA FT LOG HUM E SEUS PILARES FUNDAMENTAIS

O Exmo Sr Presidente da República, por meio da Medida Provisória Nr 820, de 15 FEV 18, e dos Decretos Nr 9.825 e 9.826, de 15 FEV 18, reconheceu o aumento populacional desordenado e imprevisível ocorrido no estado de RORAIMA em decorrência do fluxo migratório de pessoas advindas da crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela, determinando medidas emergenciais para o acolhimento destas pessoas em situação de vulnerabilidade.

Para gerenciar a crise foi criado o Comitê Federal de Assistência Emergencial, composto por representantes dos diversos Ministérios do governo. Coube ao Ministério da Defesa a responsabilidade pelo apoio administrativo ao Comitê, bem como a formação da Secretaria Executiva e operacionalização das ações. (BRASIL, 2018)

Para o Planejamento Estratégico Operacional realizado pelo Estado Maior Conjunto das Forças Armadas foi utilizada a Hipótese de Emprego ECHO (HE "E")

O Comandante do Exército, indicou o Comandante da Base de Apoio Logístico do Exército como Coordenador Operacional da Operação ACOLHIDA, o que foi ratificado pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial, conforme a Resolução Nº 1, de 21 FEV 18.

A partir desta designação, o Estado-Maior da Base de Apoio Logístico do Exército iniciou os trabalhos de planejamento para o desdobramento de estruturas a serem empregadas nas atividades de Ajuda Humanitária no estado de RORAIMA.

No estado de RORAIMA, na localidade fronteiriça de PACARAÍMA, a situação foi se agravando, considerando que a cidade, de pequenas dimensões (cerca de 5.000 habitantes), não possui infraestrutura para acolher a crescente entrada de imigrantes, oriundos da grave crise humanitária venezuelana

Do exposto, foi ordenado que as Forças Armadas atuassem na ajuda humanitária, aos imigrantes provenientes da Venezuela, com a finalidade de atenuar a situação de vulnerabilidade, bem como evitar a evolução da situação para uma crise humanitária no País.

A operação exigia um ambiente de máxima cooperação com os diversos Ministérios e Agências envolvidas na atividade de ajuda humanitária.

Sugeriu-se ainda que, no nível Político, executado pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial, fossem adotadas soluções combinadas com os países

lindeiros à fronteira amazônica, os quais já se encontravam enfrentando situação idêntica.

Este planejamento visualizou o escalonamento de estruturas de Ajuda Humanitária e de Apoio Logístico, inicialmente, com as instalações do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira, desdobradas na região de Pacaraima- RR, na faixa de fronteira com a Venezuela, e na cidade de Boa Vista- RR.

Foi definida no Plano operacional, a missão a ser desencadeada pela FT Log Hum.

4. Missão

Cooperar com os Governos Federal, Estadual e Municipal com as medidas de assistência emergencial para acolhimento de imigrantes provenientes da Venezuela, em situação de vulnerabilidade (pessoas desassistidas), decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária (BRASIL, 2018)

Para o cumprimento dessa missão, a FT Log Hum deveria alçar como Estado Final Desejado (EFD): o ordenamento da fronteira, com um fluxo migratório controlado, com todos os imigrantes assistidos nos diversos abrigos, estando em condições de serem absorvidos pelo sistema de ensino e mercado de trabalho local, participando do processo de interiorização ou retornando voluntariamente ao seu país de origem (BRASIL, 2018)

O Comandante da FT Log Hum estipulou como sua intenção, trabalhar sempre com sinergia com Órgãos Governamentais (OG), Organismos Internacionais de Apoio Humanitário (OIAH) e Organizações Não Governamentais (ONG) na preparação, montagem da estrutura e execução das ações de Ajuda Humanitária no estado de Roraima (PAZUELO, 2018).

A Operação foi balizada por três pilares que estabeleceram os parâmetros de sua execução. O ordenamento da faixa de fronteira, o abrigamento e a interiorização dos imigrantes.

No Ordenamento da faixa de fronteira, o fluxo dos estrangeiros é canalizado para o Posto de Recepção e Identificação.

A missão nesse local é realizar o controle migratório, a entrada e saída de brasileiros com permissão e passaporte, bem como a entrada e saída de estrangeiros turistas e estrangeiros em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária, que adentrem ao território nacional, oriundos da

Venezuela. Neste local existe uma estrutura para que todos aguardem com o mínimo conforto, contando com fornecimento de água, lanche e disponibilidade de instalações sanitárias.

Para a execução dos trabalhos no posto de Recepção e identificação foi estabelecido como indicador de qualidade o atendimento médio de 500 pessoas por dia, bem como as tarefas a serem desempenhadas (Tabela 1) (BRASIL, 2018 a)

TABELA 1 – LISTA DE TAREFAS DO POSTO DE RECEPÇÃO E IDENTIFICAÇÃO

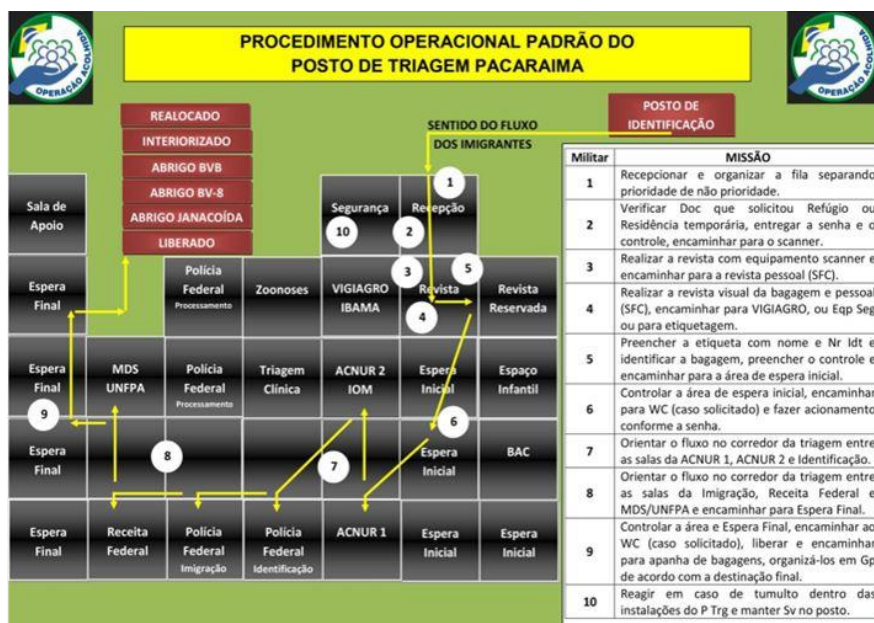
TAREFA 1	Organizar o processo de chegada de brasileiros e estrangeiros no Posto de Identificação.
TAREFA 2	Realizar, na Área de Informação, a separação dos brasileiros e estrangeiros(exceto venezuelanos) em processo de entrada e saída do Brasil, bem como separar os atendimentos prioritários.
TAREFA 3	Realizar, na Área de Informação, a separação dos venezuelanos em processo de entrada e saída do Brasil. Ao serem chamados, seguirão para a tenda de identificação, a fim de permitir seu cadastro e confirmar seu destino dentro do País. Os que forem identificados como turistas receberão autorização para seguir viagem dentro do território nacional e os que apresentarem interesse de refúgio, seguirão para a sala ao lado para vacinação, e posteriormente, para o Posto de Triagem.
TAREFA 4	Todos após receberem informações preliminares, permanecerão na Área de Espera, onde aguardarão sentados em ambiente arejado.
TAREFA 5	Ao final do processo de identificação, a situação de vacinação prevista pelo Ministério da Saúde será checada.
TAREFA 6	Realizar o controle da demanda do Posto com o número de atendimentos no dia na Polícia Federal e na Vacinação, a fim de estabelecer a análise das filas de espera (tempo na fila versus número de atendentes) e seu balanceamento.

Fonte: (Operação Acolhida, 2018) adaptado pelo autor.

Os estrangeiros declarados turistas seguem viagem. Aqueles que desejam refúgio ou residência temporária são conduzidos ao Posto de Triagem. No Posto de Triagem, os imigrantes são revistados, inspecionados pela VIGIAGRO e aguardam em uma sala de espera com apoio de água e lanche. Em seguida, passam por um pré-registro da regularização e cadastro de imigrante, a cargo do ACNUR. Na sequência, realizam a regularização imigratória, a cargo da Polícia Federal, e emissão de CPF, a cargo da Receita Federal. Finalmente, passam

por uma triagem social, a cargo do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA)(Figura 4).

FIGURA 4 – POSTO TRIAGEM PACARAIMA (POP)



Fonte: OPERAÇÃO ACOLHIDA

Após todo o processo de triagem, são conduzidos a uma sala de espera final, onde recebem alimentação e aguardam a condução para um abrigo em Pacaraima ou Boa Vista, dando início ao pilar abrigamento.

A Operação possui cerca de treze abrigos, dois no município de Pacaraima e os demais em Boa Vista (Tabela 2).

TABELA 2- DISTRIBUIÇÃO DOS ABRIGOS

Instalação	Local	Finalidade	Capacidade
PACARAIMA	Janakoida	Abrigar refugiados de origem indígena – famílias (abrigo transitório)	224
	BV-8	Abrigar refugiados não indígenas – abrigo para regularização migratória	500
BOA VISTA	Pintolândia	Abrigar refugiados de origem indígena – famílias	448
	Tancredo Neves	Abrigar refugiados não indígenas adultos	232
	Jardim Floresta	Abrigar refugiados não indígenas – famílias	594
	São Vicente		378
	Nova Canãa		390
	Rondon I		726
	Hélio Campos	Abrigar refugiados não indígenas – famílias e adultos	250
	Palácio Latife Salomão		300
	Santa Tereza		514
	Rondon III		1086
	Rondon II	Abrigar refugiados não indígenas – abrigo de trânsito para a interiorização	640

Fonte: (CERÁVOLO,2019) adaptado pelo autor.

A interiorização se distingue por afastar o refugiado da fronteira frágil do Estado de Roraima, dando respostas práticas à teoria da securitização e sendo fator fundamental para o sucesso da Operação (CERÁVOLO, p.77, 2019)

5. A FASE DE INTERIORIZAÇÃO DE IMIGRANTES VENEZUELANOS NO RIO DE JANEIRO NOS ANOS DE 2018 E 2019

O Rio de Janeiro é um dos estados da federação que recebeu imigrantes venezuelanos nos anos de 2018 e 2019. Coube ao Comando Militar do Leste (CML) apoiar a FT Log Hum e o Comando Logístico (COLOG) - Operação Acolhida - na interiorização de migrantes venezuelanos oriundos do estado de Roraima em sua área de responsabilidade.

Afim de cumprir a missão estipulada, o CML expediu a Diretriz nº 14- CCOp/Op Acolhida-2018, esse documento continha a finalidade da operação, as referências, a situação em que foi deflagrada a operação, a missão do CML, como essa missão seria executada, fazendo constar dessa fase o conceito da operação, a intenção do Comandante Militar do Leste, o Estado Final Desejado (EFD), e as ordens aos elementos subordinados.

4. Missão

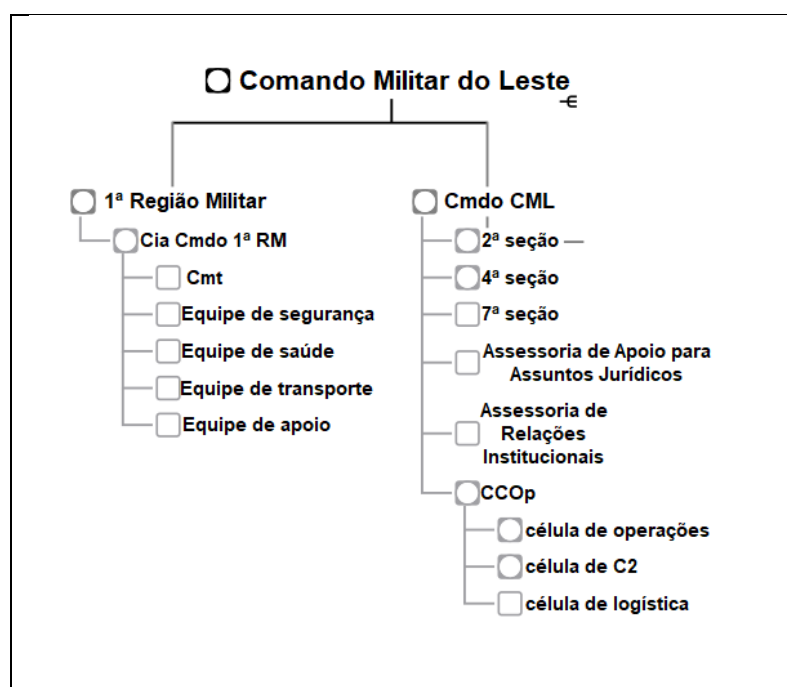
A fim de contribuir com o COLOG no seu apoio aos imigrantes venezuelanos, reconhecer os itinerários dos aeroportos até os abrigos, realizar o transporte até o local de destino e coordenar a recepção nos abrigos. (BRASIL, 2018 b)

Para o cumprimento dessa missão, o CML apoiou o COLOG, empregando sob supervisão da 1ª Região Militar e da 4ª Região Militar, os meios logísticos, no que tange a pessoal e material, necessários para a recepção, transporte urbano e distribuição dos imigrantes nos abrigos designados.

No âmbito da 1ª Região Militar, foi designado como Ponto de Contato, o Comandante da Companhia de Comando da 1ª Região Militar (Cia Cmdo 1ª RM), esse oficial ficou responsável por estabelecer as ligações com os representantes das agências e órgãos públicos estaduais e municipais envolvidos na operação, coordenar as atividades de recepção nos aeroportos designados, estabelecer o contato com o CCOp CML, empregar os meios e pessoal de sua Organização Militar necessários ao cumprimento da missão, coordenar a recepção com autoridades civis e receber e conferir as listas de migrantes elaboradas pela Casa Civil da Presidência da República.

Para o Cumprimento dessa missão o CML se organizou da seguinte forma (figura 5).

Figura 5 – ORGANIZAÇÃO DO COMANDO MILITAR DO LESTE



Fonte: o autor

O Comando Militar do Leste determinou à 2ª seção, que apoiasse a 1ª RM, realizando os levantamentos de inteligência necessários ao planejamento e execução da operação, bem como disponibilizar a rede Mercúrio para a tramitação de informações e planejamentos. Coube a 4ª seção do Cmndo CML, ficar em condições de atender as demandas da célula de logística do CCOp- CML e da Cia Cmndo 1ª RM.

A 7ª seção do CML ficou responsável por acompanhar diariamente a operação e ficar em condições de prestar esclarecimentos junto a imprensa, além de prestar o apoio de comunicação social necessário a 1ª Região Militar.

A Assessoria de apoio para Assuntos Jurídicos coube acompanhar a operação e prestar o apoio necessário ao CCOp CML e a 1ª RM.

A Assessoria de Relações Institucionais teve por missão acompanhar diariamente as operações, esclarecendo-a ao Comandante Militar do Leste, com a finalidade de prepará-lo para as reuniões no nível setorial (Governador, secretário de Estado, dentre outros).

O Centro de Coordenação de Operações (CCOp- CML) foi o responsável por acompanhar diariamente a operação, estabelecendo a ligação direta, por intermédio da célula de operações, com o Ponto de Contato designado pela 1ª RM (Cmt Cia Cmndo 1ª RM). O andamento da Operação era monitorado pela célula de comando e

controle do CCOp, que disponibilizou o sistema Pacificador e C2 em Combate para que a Cia Cmdo 1ª RM fosse acompanhada em tempo real.

Cabe destacar que no âmbito da 1ª RM, foi nomeado um Oficial superior (Major Cmt Cia Cmdo 1ª RM) para a função de Oficial Representante no Local de Destino (ORLD)

Segundo o anexo A- Glossário da FT Log Hum, o ORLD é Oficial designado pelo Cmdo Mil A ou RM para recepcionar na cidade HUB¹, os imigrantes venezuelanos interiorizados, sendo o responsável pela logística de transporte e alimentação, bem como manter a ligação com o Ponto de Contato (POC).

O POC é o oficial designado pelo Cmdo Mil A para ser o elo de ligação com a FT Log Hum, no âmbito do CML foi nomeado um Of Sup (Cel PTTC) que integrava o CCOp.

A Célula de Logística do CCOp foi a responsável por acompanhar a execução financeira dos recursos alocados pelo Comando de Operações Terrestres para a execução da operação. Assim sendo, essa célula estabeleceu a ligação direta com a Cia Cmdo 1ª RM para fins de levantamento de necessidades, bem como coordenou o emprego dos recursos juntamente com a 4ª seção do CML.

A Cia Cmdo 1ª RM planejou as operações atendendo a diretriz nº 4- CCOp CML organizando seu pessoal e meios disponíveis em equipes de trabalho.

Foram atribuídas tarefas a cada equipe (Tabela 03).

¹ Cidade HUB- É a cidade para onde está destinada a aeronave/embarcação/ônibus ou outro meio pactuado pela FT Log Hum. A partir da cidade *hub*, seguirão as viaturas em direção ao ponto focal e ao local de destino final.

Tabela 03 – LISTA DE TAREFAS DAS EQUIPES DA Cia Cmdo 1ª RM

Quem	O que	Efetivo/ Meios
Cmt Cia Cmdo e grupo de Cmdo	Planejar as operações juntamente com seu Estado Maior. Estabelecer as ligações necessárias com o CCOp CML Estabelecer as ligações necessárias as agencias envolvidas. Conduzir a operação. Produzir o relatório final e encaminhar ao CCOp.	01 Of Sup + 1 Vtr com motorista
Equipe de segurança	Prover s segurança durante os deslocamentos na cidade do rio de Janeiro	1 grupo de Combate + 2 Vtr Marruá
Equipe de saúde	Prestar o apoio de saúde por ocasião da chegada dos imigrantes ao Rio de Janeiro. Ficar em condições de evacuar imigrante venezuelano. Realizar reconhecimento dos hospitais municipais e estaduais que estejam no itinerário de deslocamento. Informar os hospitais de referencia do Rio de janeiro que estejam no itinerário de deslocamento para os abrigos.	1 Of médico + 1 Sgt saúde + 1 padioleiro + 1 Vtr ambulância com UTI e motorista.
Equipe de Transporte	Prover o apoio de transporte de acordo com a demanda proveniente da Casa Civil da Presidência da República	1 Sgt Mec auto+ 4 Cb motoristas + 2 Vtr Ônibus+ 2 Vtr VAN Ducato
Equipe de apoio	Fazer o contato inicial com a Base Aérea do Galeão, informando o GDH de chegada ao RJ. Preparar a atividade de recepção dos imigrantes nos aeroportos. Prover a ração quente aos imigrantes por ocasião da chegada. Transportar a bagagem das aeronaves para as viaturas, loteando-as por abrigo.	01 ST (Enc Mat) + 1Sgt + 2 Cb + 8 Sd + 1 Vtr VAN com motorista
Equipe foto/filmagem	Realizar a cobertura fotográfica para fins de relatório e divulgação junto a 7ª seção CML.	1 Sgt e 1 Sd

Fonte: O autor

Após o recebimento da missão, a Cia Cmdo 1ª RM realizava as reuniões de planejamento e coordenação com as equipes previstas para a execução, definindo o GDH² de saída do comboio, e GDH do briefing final.

O Briefing final era realizado no dia da operação, com a antecedência de 4 horas do GDH previsto para toque da aeronave na Base Aérea do Galeão.

Após o Briefing final, as equipes embarcavam nas viaturas e o comboio iniciava o itinerário de deslocamento do Palácio Duque de Caxias (PDC) até o terminal CAN na Base Aérea do Galeão

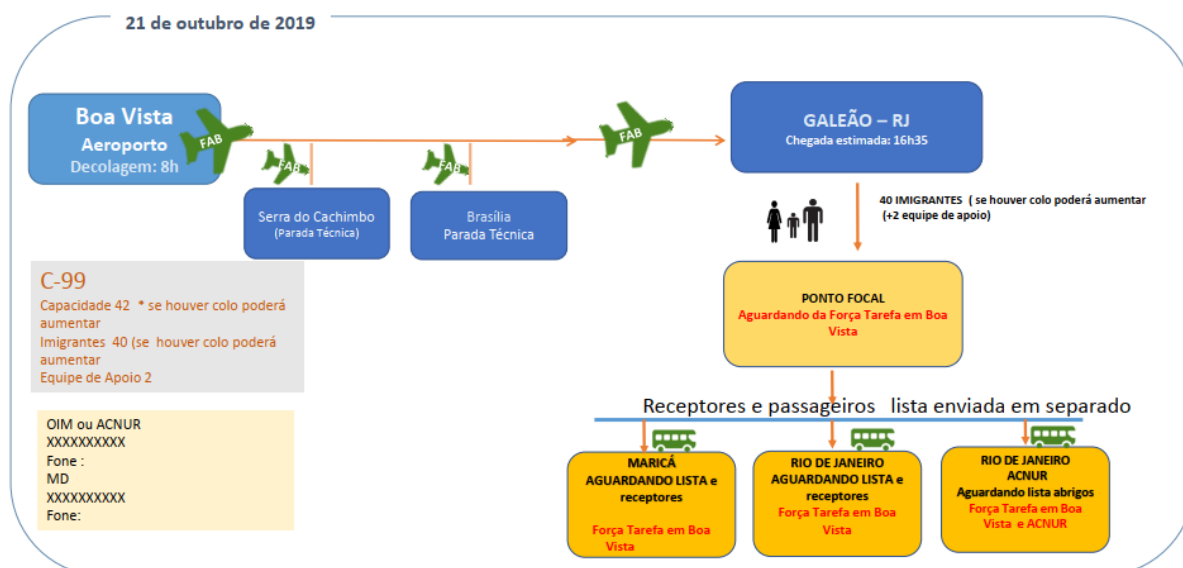
Após a chegada na Base Aérea, o Cmt Cia estabelecia o contato com o Oficial de ligação da Força Aérea, a fim de verificar e confirmar os horários de voos e possíveis problemas informados pela equipe da FAB, embarcada na aeronave junto com os migrantes.

Além desse contato com a FAB, realizava ainda a recepção as agências e representantes dos órgãos públicos, afim de facilitar o acesso e passar as informações sobre a chegada dos migrantes.

A base para todo o planejamento era a documentação remetida pelo COTER ao CCOP- CML e do representante da Casa Civil da Presidencia da Republica ao Oficial Representante no Local de Destino (ORLD). Cabe destacar, que essa duplicidade de canais e ligações do ORLD com o CCOp e a Casa Civil possibilitava a resolução de problemas que viessem a ocorrer em tempo hábil. A Casa Civil remetia ao ORLD o plano de voo e a relação de migrantes com os respectivos dados e destinos (figuras 6 e 7), esse documento era utilizado como base para os planejamentos de quantidade de viaturas, equipes, segurança, necessidades diversas, abrigos designados e quantidade de ração quente a ser fornecida.

² GDH- Grupo Data Hora, contém as informações do dia, hora, mês e ano acerca de um determinado fato.

Figura 6 – PLANO DE INTERIORIZAÇÃO



Fonte: Operação Acolhida, adaptado pelo autor

Na Figura 6, verifica-se o modelo de plano de interiorização remetido ao Oficial Representante no Local de Destino (ORLD), ao Ponto de Contato (POC) e ao Oficial de Ligação da Força Tarefa Logística Humanitária (O Lig FT Log Hum). Ressalta-se que o O Lig FT Log Hum é o responsável por acompanhar os imigrantes até a cidade HUB, juntamente com as equipes designadas pela OIM e ACNUR. Ao chegar à cidade HUB, o O Lig FT Log Hum estabelece contato com o ORLD e relata os problemas existentes, faltas, necessidade de apoio de saúde e outras alterações que tenham ocorrido durante o deslocamento. Após a chegada na cidade HUB, os imigrantes passam por uma rápida conferência da lista de voo e triagem da equipe médica e são encaminhados para o consumo da refeição quente. Durante o período em que consomem a refeição (Figura 8), as equipes de bagagem transportam as bagagens da aeronave para as viaturas, cabe destacar que as bagagens são identificadas com uma etiqueta de cor diferente para cada abrigo, e que essas informações constam da relação de imigrantes (figura 7).

Figura 7 – MODELO DE RELAÇÃO DE MIGRANTES COM DESTINO AO RIO DE JANEIRO

Nome-Completo	Quant. de pessoas-no-grupo	Relação-com-o-Ponto-Focal	Idade	Sexo	Status-Legal	CPF	Cidade-Destino	Abrigo-Destino	Cor-de-Pulseira
CARVAJAL, Gabriel Jose	4	Ponto-focal	32	Masc.	Solicitante-de-Refúgio	706.569.442-93	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
LOPEZ, Angela del Carmen	4	Esposo(a)	40	Fem.	Solicitante-de-Refúgio	712.836.801-90	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
LOPEZ, Jonathan Jose	4	Filho(a)	20	Masc.	Solicitante-de-Refúgio	713.606.681-60	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
CARVAJAL-LOPEZ, Samuel-Ismael	4	Filho(a)	5 meses	Masc.	Brasileiro(a)	072.561.122-70	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
BLANCO-COELLO, Jose Gregorio	3	Ponto-Focal	27	Masc.	Solicitante-de-Refúgio	712.863.451-70	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
RONDON-ASTUDILLO, Diosciris Alexandra	3	Esposo(a)	19	Fem.	Solicitante-de-Refúgio	712.863.891-19	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
BLANCO-RONDON, Sofia Alexandra	3	Filho(a)	3 meses	Masc.	Solicitante-de-Refúgio	073.654.752-50	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
FRANCO-RIVERO, Miriangel De Los Angeles	3	Ponto-Focal	26	Fem.	Solicitante-de-Refúgio	712.918.291-13	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
VIDAL-FRANCO, Yorwin Jose	3	Filho(a)	5	Masc.	Solicitante-de-Refúgio	712.917.661-03	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
VIDAL, Pedro Jose	3	Esposo(a)	24	Masc.	Solicitante-de-Refúgio	712.917.518-86	Rio-de-Janeiro-RJ	Aldeias-Infantis-SOS	Amarelo-Limão
HERNANDEZ Nuñez Jose-Rafael	1	Ponto-Focal	26	Masc.	Solicitação-de-Refúgio	706.585.692-52	Rio-de-Janeiro-RJ	N/A	ROXO

Fonte: Casa Civil da Presidência da República, adaptado pelo autor

Figura 8 – CONSUMO DA REFEIÇÃO NA CIDADE HUB



Fonte: Cia Cmdo 1ª RM

6. AS PRINCIPAIS AGÊNCIAS E COLABORADORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO E SUAS PRINCIPAIS ATRIBUIÇÕES

A Doutrina Militar Terrestre estabelece que os elementos da Força Terrestre executem as operações básicas (ofensivas, defensivas e de **cooperação e coordenação com agências**) para cumprirem as missões recebidas dos escalões superiores. (BRASIL, 2019)

Nesse interim, as agencias envolvidas no Rio de Janeiro durante os anos de 2018 e 2019 foram: (Tabela 04)

- Aldeias Infantis SOS Brasil
- Caritas RJ
- Associação de Apoio à Mulher com Neoplasia – AAMN
- Secretaria Municipal de Saúde
- ACNUR e OIM

Tabela 04 – LISTA DE MIGRANTES MODALIDADE ABRIGO - ABRIGO

Mês da Operação	Quantidade de Interiorizados	Abrigo de Destino	Endereço	Efetivo Empregado
Fev 2019	39	Aldeias infantis	Rua Jardim do Seridó, 200 – Itanhangá	45 Militares
Mar 2019	16	Aldeias infantis	Rua Jardim do Seridó, 200 – Itanhangá	40 Militares
Mai 2019	35	Caritas RJ	Rua Demóstenes Madureira de Pinho, 76 – Recreio dos Bandeirantes	42 Militares
Jun 2019	4	AAMN	Estr. Do Guanumbi, 105 – Freguesia de Jacarepaguá	23 Militares
	9	Aldeias infantis SOS Brasil	Rua Jardim do Seridó, 200 – Itanhangá	36 Militares
26 Ago 2019	24	Aldeias infantis	Rua Jardim do Seridó, 200 – Itanhangá	46 Militares
22 Out 2019	22	Aldeias infantis	Rua Jardim do Seridó, 200 – Itanhangá	46 Militares
	9	Caritas RJ	Rua Demóstenes Madureira de Pinho, 76 – Recreio dos Bandeirantes	

Fonte: O autor

6.1 Aldeias Infantis SOS Brasil

O Aldeias Infantis SOS Brasil é uma Organização humanitária global de promoção ao desenvolvimento social, que trabalha desde 1949, na defesa, garantia e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. (ALDEIAS INFANTIS, 2020)

O trabalho conta com o apoio financeiro de pessoas que contribuem com um valor mensal, parcerias com empresas que financiam projetos, e com convênios com o Poder Público.

No Rio de Janeiro, possui um abrigo para refugiados, localizado no bairro do Itanhangá, onde recebe os refugiados provenientes da fase de interiorização.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se assistência social as famílias, ação de planejamento familiar, encaminhamento para tratamento de saúde, integração das famílias a comunidade, inserção no mercado de trabalho local, assistência psicológica, Adaptação educacional, ensino de idioma português, auxílio na regularização de documentos, revalidação de protocolos de refúgio e regularização de situação junto aos órgão governamentais.

O refugiado permanece no abrigo por um período de aproximadamente 3 meses até ser inserido em um dos eixos de empregabilidade e possuir condições de prover seu autossustento. Ressalta-se que a sede Aldeias Infantis SOS -RJ envida esforços para especializar o imigrante venezuelano nos eixos de empregabilidade hotelaria, postos de combustível, restaurantes, salão de beleza, entre outros.

6.2 Cáritas RJ

Em 1976, a Arquidiocese do Rio de Janeiro iniciou um trabalho pioneiro de assistência a refugiados que chegavam à cidade. Eles vinham de países vizinhos, como Argentina, Chile e Uruguai. O então arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Eugênio Sales, decidiu instalar um serviço permanente de ajuda a refugiados, oferecendo abrigo e, com o apoio da Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), designando a Caritas RJ para assumir essa tarefa em nome da Arquidiocese, bem como dando origem ao primeiro trabalho sistematizado de atendimento a refugiados no Brasil. (CARITAS, 2020)

Apoiado pelo ACNUR – ONU, desde o primeiro momento, o Programa de Atendimento a Refugiados e Solicitantes de Refúgio da Cáritas RJ, conta com

a parceria de diversas entidades, organizações, empresas, universidades, órgãos públicos, ONGs e coletivos, atendendo refugiados de mais de 60 nacionalidades. Trata-se de pessoas que tiveram que deixar seus lares devido a perseguição motivada por raça, religião, nacionalidade, opinião política ou pertencimento a um grupo social específico, ou ainda que enfrentavam grave e generalizada violações de direitos humanos em seus países.

No Rio de Janeiro, possui um abrigo para refugiados, localizado no bairro do Recreio dos Bandeirantes, onde recebe os refugiados venezuelanos provenientes da fase de interiorização.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se assistência social, religiosa e psicopedagógica, encaminhamento para tratamento de saúde junto ao Sistema Único de Saúde, integração a comunidade, inserção no mercado de trabalho local, assistência psicológica, atividades em grupos e troca de experiências com refugiados de diferentes nacionalidade, elaboração de currículo, encaminhamento para empresas privadas, suporte para criação de microempreendedor, regularização junto aos órgãos públicos.

O refugiado permanece no abrigo por um período de aproximadamente 3 meses até ser inserido em um dos eixos de empregabilidade e possuir condições de prover seu autossustento, nos casos onde essa inserção não ocorre os refugiados são direcionados para os abrigos públicos. Ressalta-se que a Cáritas -RJ envida esforços para direcionar o imigrante venezuelano para empresas privadas parceiras, facilitando a empregabilidade no mercado de trabalho local.

6.3 Associação de Apoio à Mulher portadora de Neoplasia

É uma instituição sem fins lucrativos que tem como objetivo apoiar o tratamento ambulatorial de mulheres de baixa renda, portadoras de câncer, durante seu tratamento e promover ações preventivas. No último ano receberam refugiadas e adotaram o sistema de ressocialização. (AAMN, 2020)

Possui um único abrigo de pequeno porte, localizado no bairro de Jacarepaguá, onde passou a receber refugiadas venezuelanas com câncer, provendo o suporte de saúde a essas pessoas no Rio de Janeiro.

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se assistência social, encaminhamento para tratamento de saúde, integração a comunidade, inserção no

mercado de trabalho local, assistência psicológica, atividades em grupos, culinária e artesanato

O refugiado permanece no abrigo por um período de aproximadamente 3 meses, podendo ser estendido por mais seis meses. Ressalta-se que a AAMN envida esforços para direcionar o imigrante venezuelano para supermercados, lojas e comércio em geral, bem como para o mercado de trabalho informal.

6.4 Outros Colaboradores

Outros colaboradores e representantes de agências envolvidos nas diversas operações de interiorização no Rio de Janeiro nos anos de 2018 e 2019 foram:

- Representantes da secretaria de saúde Municipal e Estadual;
- Representante da ACNUR- ONU;
- Representante da OIM-ONU.

Dentre as principais atribuições desses colaboradores, destacam-se: o contato com o ORLD, acompanhamento da chegada de imigrantes ao Rio de Janeiro, deslocamento para os abrigos, recepção nos abrigos, contato com os hospitais públicos municipais e estaduais com capacidade de suporte a vida em caso de necessidade de evacuação.

7. CONCLUSÃO

A crise da Venezuela teve como consequência o agravamento da alta inflação, falta de abastecimento de itens essenciais, e colapso das infraestruturas diversas do país, ocasionando emigração em massa. Nesse sentido, a Operação Acolhida foi a solução encontrada para fazer frente aos reflexos que a crise nesse país vizinho poderia trazer ao Brasil.

A estratégia de interiorização foi o plano formulado pelo governo federal, apoiado pelas agências das Nações Unidas e sociedade civil, para a realocação dos migrantes venezuelanos que se encontravam no estado de Roraima, com a finalidade de aliviar a pressão sobre aquele estado da federação. Este plano foi destinado àqueles que não contavam com recursos suficientes nem meios próprios e que, manifestavam a intenção de se deslocar para outras cidades do Brasil.

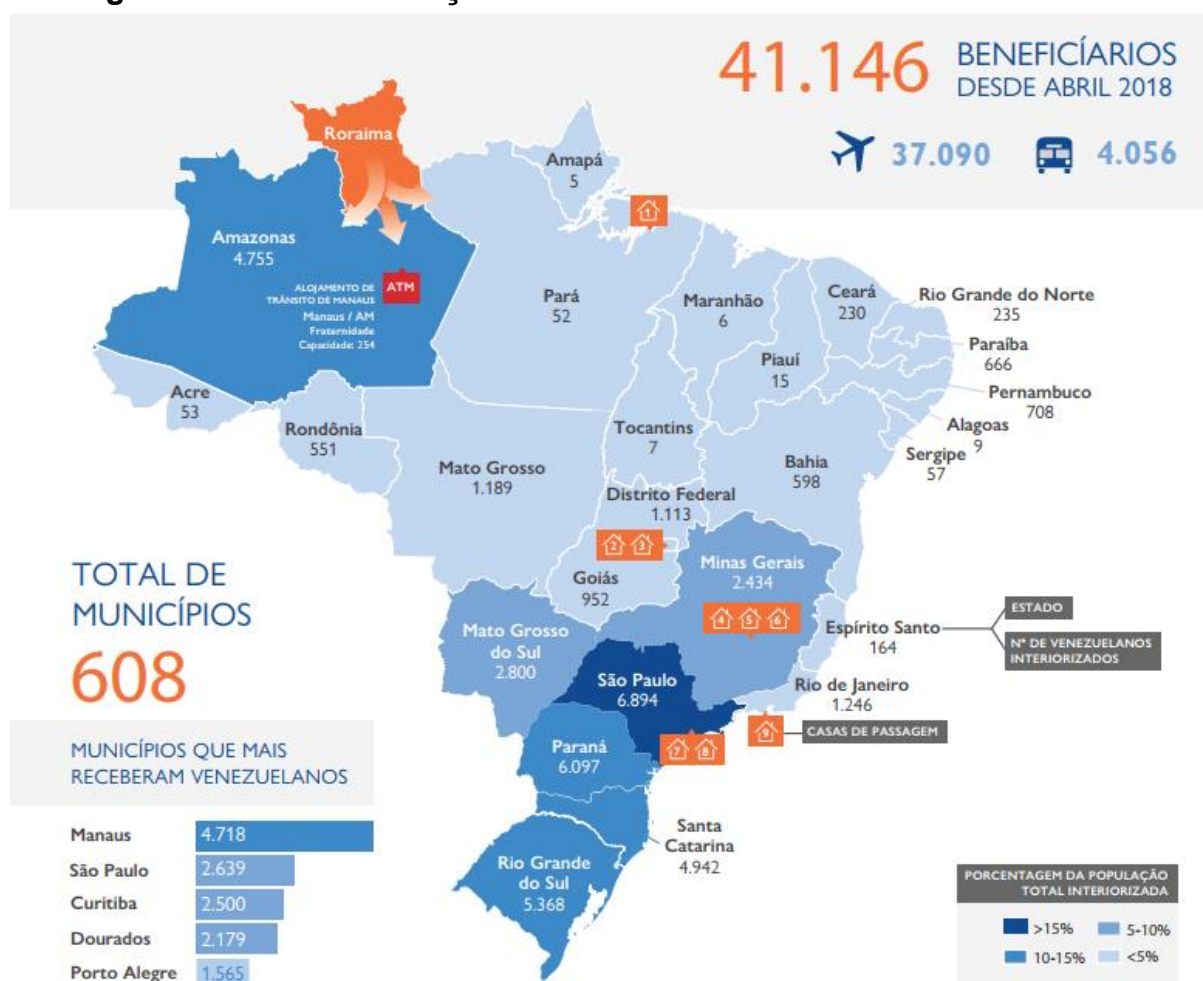
O Plano de Interiorização foi concebido sob quatro modalidades, com seus respectivos pré-requisitos:

- Interiorização Abrigo - Abrigo, onde as pessoas vão para outros abrigos ou casas de passagens em outras cidades e estados, e recebem acompanhamento local.
- Interiorização para Reunificação Familiar, onde as pessoas se juntam a outros integrantes da família com vínculo familiar comprovados, condições de acolhimento e declaração de voluntariedade.
- Interiorização para Reunificação Social, onde os migrantes se reúnem com pessoas conhecidas, sem vínculo familiar, que comprovem ter condições de acolhimento e declaração de voluntariedade.
- Interiorização com vaga de emprego sinalizada, onde as pessoas conseguem uma vaga de emprego comprovada pela empresa empregadora e recebem assistência social da rede local e sociedade civil. A partir deste ponto as pessoas são interiorizadas por organizações da sociedade civil e pessoas do setor privado.

No estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 2018 e 2019, se destacaram na modalidade abrigo-abrigo: o Aldeias Infantis SOS, a Caritas -RJ e a Associação da Mulher portadora de Neoplasia.

Nesse interim, coube ao Comando Militar do Leste (CML) participar ativamente da fase de interiorização de migrantes venezuelanos, em sua área de responsabilidade, onde recebeu cerca de 1410 venezuelanos, figura desde o início da fase de interiorização em 2018, provendo alimentação, atendimento de saúde e deslocamento em segurança para os abrigos supracitados. Ressalta-se que esse efetivo foi interiorizado nos estados do Rio de Janeiro (1246 pessoas) e Espírito Santo (146 pessoas).

Figura 9 – INTERIORIZAÇÕES NO BRASIL NOS ANOS DE 2018 E 2019



Fonte: Subcomitê Federal para Interiorização de venezuelanos

O efetivo de migrantes interiorizados na área de responsabilidade do CML foi enquadrado em alguma das quatro modalidades de interiorização: abrigo - abrigo, reunificação familiar, reunificação social ou vaga de emprego sinalizada pela sociedade civil. Ressalta-se que no Rio de Janeiro as modalidades mais demandadas foram abrigo- abrigo e reunificação familiar.

Conforme Figura 10 – Matriz de Gerenciamento de Risco da Op Acolhida, observa-se que uma das maiores ameaças à interiorização no município do Rio de Janeiro foi a possibilidade de confronto – combate de encontro- com ORCRIM³ no

³ ORCRIM – A Palavra ORCRIM significa atuação de organização criminosa, e expressa a atuação conjunta ou isolada de elementos que se organizam em grupos para cometer ilícitos.

itinerário de deslocamento, onde a gravidade é considerada severa e a ameaça apresentava grande probabilidade de ocorrer, representando um alto risco.

Figura 10 – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO, FASE DE INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NO RIO DE JANEIRO

Nr Evento	Ameaça	Gv (1)	Prb (2)	Risco (3)	Mdda Ct Risco	Nova Gv	Nova Prb	Risco Residual (3)
1	Confronto com ORCRIM no itinerário de Dsic	SEV	PR	ALT	<ul style="list-style-type: none"> - Prever Itinerário Alternativo no Briefing. - Reconhecimento do Itn Pcp e do Itn Alt pela equipe de Trsppt - Prever 1 GC na Equipe de segurança/ escolta do comboio. - Equipe de segurança armada com armamento letal (Fuzil 762 mm) e armamento não Letal (Espingarda Cal 12) - Prever instrução de Treinamento de Ação Imediata (TAI) para o Pel Segurança da Cia Cmdo 1ª RM - Manter os módulos básicos de adestramento de tiro de Pst/Fuz para os Sgt da equipe de apoio 	MED	P PR	BAI
2	Adentrar em área Vermelha (comunidades) durante os Dsic da Base Aérea para os abrigos	MED	PR	MOD	<ul style="list-style-type: none"> - Riz Rec Itinerário Pcp e Alt com equipe de motoristas - Escalar Motoristas experientes 	MED	P PR	BAI

Fonte: Seção de gestão 1ª RM

No que tange ao quesito segurança, constata-se que o efetivo mínimo empregado na segurança de 100% das levas de interiorização, ocorridas no ano de 2018 e 2019, foi de um Grupo de Combate composto por 9 militares, conforme figura 10, que ficou responsável somente pela segurança e escolta de comboios. Cabe destacar que os demais militares das equipes de transporte e apoio portavam seu armamento individual, realizando a segurança aproximada durante os deslocamentos, medidas essas que se faziam extremamente necessárias na interiorização no município do Rio de Janeiro devido as áreas de risco existentes e a grande probabilidade e risco que os deslocamentos urbanos representavam.

A ameaça foi mitigada agindo em sua probabilidade e gravidade, com medidas como: previsão e reconhecimento de itinerários principal e alternativo para o deslocamento, previsão de equipe de segurança de comboio, instrução de escolta de comboio e técnicas de ação imediata para as equipes de segurança do Pelotão de Segurança da Cia Cmdo 1ª RM, bem como manutenção do adestramento de tiro.

Nesse interim, conforme relatório da 1ª RM, constata-se, que nos anos de 2018 e 2019, não houveram incidentes envolvendo as ameaças 1 e 2, tendo em vista que após o controle desses riscos, houve redução de sua gravidade e probabilidade, tornando o risco residual baixo, o que nos leva a inferir que nesse quesito a atuação do CML foi eficiente.

No que concerne a relação entre probabilidade e gravidade, pode-se afirmar ainda que conforme o quantitativo de migrantes aumentava, maior era a probabilidade de ocorrência de uma das ameaças elencadas no plano de gerenciamento de riscos, ampliando também a gravidade do incidente. Assim sendo, os meses de fevereiro, maio e outubro do ano de 2019, foram os considerados mais críticos devido a grande probabilidade de ocorrência de incidentes durante a fase de interiorização no Rio de Janeiro.

No que tange ao atendimento de saúde, pode-se constatar na Matriz de Gerenciamento de Risco, figura11, que a maior ameaça existente era de algum migrante chegar ao Rio de Janeiro, portando problema de saúde que demandasse atendimento emergencial e evacuação médica.

Figura 11 – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO, FASE DE INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NO RIO DE JANEIRO

Nr Evento	Ameaça	Gv (1)	Prb (2)	Risco (3)	Mdda Ct Risco	Nova Gv	Nova Prb	Risco Residual (3)
3	Migrante necessitando atendimento de saúde em caráter emergencial	SEV	PR	ALT	<ul style="list-style-type: none"> - Realizar triagem de todos os imigrantes por ocasião da chegada a Base Aérea no RJ - Prever 2 Equipes de saúde para a missão com equipamento de suporte básico a vida - Realizar ctto com hospitais públicos municipais e estaduais no itinerário de Dslc, informando a missão. - Rlz Ctto com a Secretaria de Saúde para que acompanhe a chegada ao aeroporto, triagem, deslocamento e entrega nos abrigos. - Realizar Rec dos Itn para o circuito de ambulância - Rlz contato com equipe de saúde para que participe do Briefing inicial e final. - Prever equipamento rádio para equipe de saúde (manter C2) 	MED	PR	MOD

Fonte: Seção de gestão 1ª RM

Para mitigar essa ameaça, que inicialmente possuía gravidade considerada severa e grande probabilidade, apresentando um alto risco à operação, foram adotadas as seguintes medidas para controlar o risco:

- Realizar triagem de todos os imigrantes por ocasião da chegada a Base Aérea no RJ.
- Prever 2 Equipes de saúde para a missão com equipamento de suporte básico a vida.
- Realizar contato com hospitais públicos municipais e estaduais no itinerário de deslocamento, informando a missão.
- Realizar Contato com a Secretaria de Saúde municipal/estadual para que acompanhasse a chegada ao aeroporto, triagem, deslocamento e entrega nos abrigos.
- Realizar reconhecimento dos Itinerários para o circuito de ambulância.
- Realizar contato com equipe de saúde para que participe do Briefing inicial e final.
- Prever equipamento rádio para equipe de saúde (manter C2)

Nesse interim, infere-se, que nos anos de 2018 e 2019, segundo relatório da 1ª RM, houveram 5 casos de atendimento emergencial, sem gravidade, onde o atendimento foi prestado pelas equipes de saúde da missão, não sendo necessário realizar a evacuação de migrantes para os hospitais públicos contactados, comprovando assim a eficiência da atuação do CML no que tange a esse aspecto.

Verifica-se ainda, que a Matriz de gerenciamento de Risco para a interiorização no Rio de Janeiro continha outras quatro ameaças, conforme figura 12.

Figura 12 – MATRIZ DE GERENCIAMENTO DE RISCO, FASE DE INTERIORIZAÇÃO DA OPERAÇÃO ACOLHIDA NO RIO DE JANEIRO

Nr Evento	Ameaça	Gv (1)	Prb (2)	Risco (3)	Mdda Ct Risco	Nova Gv	Nova Prb	Risco Residual (3)
4	Vtr do comboio apresentar problemas mecânicos	MED	PR	MOD	- Realizar abastecimento e inspeção das Vtr para a missão - Montar o comboio no pátio do PDC - Verificar Mnt de 1ª Esc, ferramental e material de sinalização	LEV	PR	BAI
5	Acidente de trânsito envolvendo Vtr militar	SEV	PR	ALT	- Prever realocação de migrantes em outra Vtr - Não ultrapassar a ocupação de 70% dos assentos da Vtr no plano de embarque - Prever atribuições do Ch Vtr/ Mot em caso de acidente - Prever acionamento de Perícia Criminal Polícia do Exército (SFC) - Prever evacuação de ferido em uma das ambulâncias disponíveis para o hospital pré contactado no Itn de Dslc.	MED	PR	MOD
6	Quantidade de alimentação insuficiente para atender a demanda informada pela Casa Civil	MED	P PR	BAI	- Realizar contato em H-8 com representante da CASA CIVIL confirmando dados de chegada de Anv e quantidade de migrantes - Realizar contato com a B Adm 1ª RM, informando alterações na missão e a necessidade de suplementação da Rç quente	LEV	P PR	BAI
7	Abrigos não preparados para receber a leva de migrantes a serem interiorizados	MED	PR	MOD	- Realizar contato com os abrigos em H-24, confirmando a recepção, e quantitativos de migrantes a serem recebidos. - Informar previsão de chegada ao Rio de Janeiro, tempo de deslocamento e GDH de chegada ao responsável de cada abrigo.	LEV	P PR	BAI

Fonte: Seção de gestão 1ª RM

Dentre as ameaças apresentadas na figura 12, observa-se que todas possuíam gravidade média ou severa, e após mitigadas apresentaram risco residual baixo, sendo o evento Nr 5 o único classificado como moderado.

A ameaça da ocorrência de acidente de trânsito envolvendo viatura militar foi considerada alta inicialmente, tendo em vista o grande tráfego de veículos existente no Rio de Janeiro e seu trânsito conturbado, contudo nos anos de 2018 e 2019, não houveram registros da ocorrência dessa ameaça nas operações de interiorização, o que comprova a eficácia do CML no cumprimento dessa missão.

Em resumo, infere-se que a atuação do CML na fase de interiorização da Operação Acolhida no Rio de Janeiro, foi pautada na atribuição de responsabilidades à 1ª RM, que empregou uma de suas OM subordinadas nessa missão, na coordenação e controle eficaz exercidas pelo CCOp/ CML, nas Técnicas, Táticas e Procedimentos adotados na Cia Cmdo 1ª RM para mitigar os riscos existentes, e na coordenação e sinergia entre as diversas agencias envolvidas e o Comando Militar do Leste, em busca de melhores práticas, gerando uma série de lições aprendidas.

Nesse viés, uma lição aprendida foi quanto a necessidade de capacitar oficiais superiores para o desempenho da função de Oficial de Ligação.

Para isso, foi realizado o estágio de capacitação para oficiais de ligação militar da estrutura organizacional da interiorização regional, junto a FT Log Hum em Boa Vista no período de 1 a 6 de março de 2020, cujos objetivos foram:

- Conhecer as atividades de Operação de informação (Inteligência e Op Psicológicas), voltadas para a fase de interiorização.
- Conhecer as atividades de Saúde voltadas para a fase de interiorização.
- Conhecer as Operações Correntes voltadas para a fase de interiorização.
- Conhecer a estrutura organizacional da Op. Acolhida, as modalidades de interiorização, seus processos de desenvolvimento (preparação, logística de interiorização e acolhimento na cidade Hub) e o processo de busca de vagas de emprego nos locais de destino e inclusão social.
- Conhecer o Plano de interiorização.
- Conhecer as diretrizes do Coordenador de operações da FT Log Hum.
- Conhecer as agências da ONU envolvidas no processo de interiorização.
- Conhecer o funcionamento das principais estruturas da FT Log Hum voltadas para a interiorização.

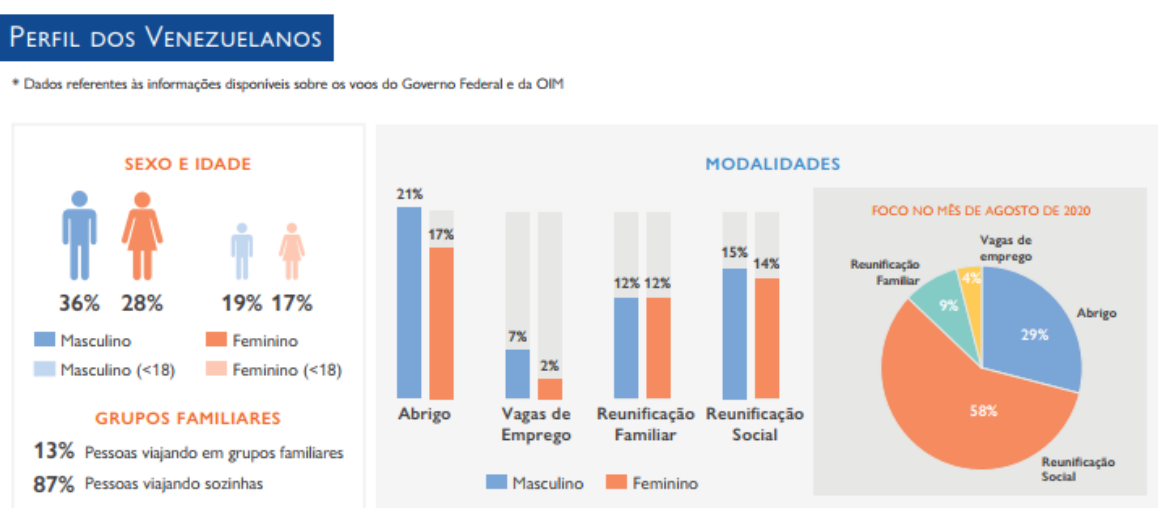
A capacitação acima mencionada, ocorreu com a presença de 12 oficiais superiores, oriundos das doze Regiões Militares do Brasil, e possibilitou ao Comando Militar do Leste, manter um Oficial Superior oriundo da 1ª RM, como Oficial de Ligação com o CCOP/CML, agências envolvidas no Rio de Janeiro, agências da ONU, Casa Civil e organização militar executante da missão.

Quanto a dimensão humana, verifica-se que o perfil do migrante venezuelano, conforme figura 12, abrange em sua maioria (55%) migrantes do gênero masculino,

sendo 36 % homens maiores de 18 anos, e 36% crianças e adolescentes dos gêneros masculino e feminino.

As categorias mais demandadas foram reunificação social (58%) e abrigo (29%). A categoria vaga de emprego assegurada foi a que teve menor índice (4%), onde pode-se inferir que, dos cerca de 1246 migrantes venezuelanos interiorizados no Rio de Janeiro, cerca de 49 possuíam vaga de emprego assegurada, cerca de 360 migrantes passaram pelos abrigos do Rio de Janeiro, e aproximadamente 722 migrantes venezuelanos foram interiorizados na modalidade reunificação social.

Figura 13 – PERFIL DO VENEZUELANO INTERIORIZADO NO BRASIL



Fonte: Subcomitê Federal para Interiorização de venezuelanos

Nesse sentido, verifica-se que o “ponto de inflexão”⁴ a ser avaliado pelos governos federal, estadual e municipal são os graves problemas sociais já existentes no município, tais como: altos índices de criminalidade, tráfico de entorpecentes, precariedade de infraestrutura básica de apoio a saúde e moradia, altos índices de desemprego dentre outros. Assim sendo, de acordo com os dados apresentados, a vinda de migrantes venezuelanos para o Rio de Janeiro pode agravar os problemas

⁴ Ponto de Inflexão- no que tange a dimensão humana, a interiorização de migrantes venezuelano para o município do Rio de Janeiro traz diversos óbices.

socioeconômicos existentes, sendo um caso a ser avaliado e discutido pelas autoridades brasileiras.

Por fim, a atuação do Comando Militar do Leste na Operação Acolhida foi coroada de êxitos e de lições aprendidas que proporcionaram a melhoria na forma de atuação durante a fase de interiorização, gerando conhecimentos e capacidades ao Exército Brasileiro no que tange as Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), bem como ampliando a atuação do Exército Brasileiro, por intermédio do emprego do Comando Militar do Leste, em operações envolvendo fluxo de refugiados e deslocados.

REFERÊNCIAS

ACNUR, Convenção de 1951. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/convencao-de-1951/> Acesso em 22/03/2020

ALDEIAS INFANTIS SOS BRASIL, <https://www.aldeiasinfantis.org.br/>, acesso em 14/06/20

ASSOCIAÇÃO DE APOIO A MULHER PORTADORA DE NEOPLASIA (AAMN), entrevista realizada em 01/11/19.

BRASIL, Exército Brasileiro. Manual de Campanha EB20-MF-10.102 Doutrina Militar Terrestre, 2ª Ed. 2019.

CARITAS RJ, <http://www.caritas-rj.org.br/quem-somos.html>, acesso em: 14/06/20.

CERAVOLO, Luiz Eduardo Santos. Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018). ECEME, 2019.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988).

__Decreto Nr 9.285, de 15 FEV 18 – Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.

__Decreto Nr 9.286, de 15 FEV 18 – Define a composição, as competências e as normas de funcionamento do Comitê Federal de Assistência Emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária.

DELGADO, STIER, et al. Precisamos falar sobre a Venezuela: impactos petropolíticos e reflexos para o Brasil. Rio de Janeiro, Caderno Opinião FGV energia, dezembro 2017.

DIAS, Clarissa, Operação **Acolhida: a mão amiga em Roraima**, 07 Junho 2018, disponível em: <http://eblog.eb.mil.br/index.php/operacao-acolhida-esperancapara-venezuelanos-desassistidos-no-estado-de-roraima-1.html>; acesso em 15 de janeiro de 2020.

__Diretriz Ministerial Nº 03/2018, de 28 FEV 18 – Autoriza a execução da Operação Acolhida, sob coordenação do MD, com o emprego de meios para o apoio logístico a órgãos públicos.

FRANCHI, Tássio. A Diáspora Venezuelana no Contexto Sul-Americano e seus Impactos para o Brasil. Rio de Janeiro, IMM/ECEME 2017.

JUBILUT, Liliana Lyra. **O direito internacional dos refugiados e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro**. Editora Método, 2007.

__Lei Complementar nº 97/1999, de JUN 1999, alterada pelas Leis Complementares nº 117, de 2 SET 04, e nº 136, de 25 AGO 10 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas.

__Lei Nr 13.445, de 24 MAIO 17 –Dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas.

PLANO OPERACIONAL OPERAÇÃO ACOLHIDA e anexos. Disponível em: intranet.ftloghum.eb.mil.br, 2019.

PAZUELO, Eduardo. Força Tarefa Logística Humanitária no Estado de Roraima.[Palestra apresentada ao CPEAEX, Manaus, 8 ago. 2018].

PEREIRA, Daniel. Crise na Venezuela. Disponível em : <https://historiaonline.com.br/daniel/> Acesso em 15/01/2020.

RELATÓRIO CIA C/1ª RM – fase interiorização da Op Acolhida. Rio de Janeiro, 2018 e 2019.

SÁ, Oliveira. A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017, 49 f.

SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. **O Brasil e Os Movimentos Populacionais no contexto dos Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança**. Observatório Militar da Praia Vermelha - ECEME, Rio de Janeiro, 2018.

OIM, Subcomitê Federal de Interiorização, relatório das atividades. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/subcomite-federal-para-interiorizacao-deslocamento-assistidos-de-venezuelanos/> Acesso em: 02/04/2020

VALERIO, Luis Henrique Gonçalves. A falência estatal da Venezuela e seus reflexos para o Brasil: O Caso Roraima. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2017, 85 f